

# DÍZIMO POLÍTICO

## CCJ do Senado adia decisão

TRIBUNA DO BRASIL

14 JUL

2005

Atendendo ao apelo do líder do governo, o senador Aloizio Mercadante (PT), os integrantes da Comissão e Constituição e Justiça (CCJ) do Senado decidiram ontem adiar a votação do projeto que proíbe aos partidos políticos estabelecer contribuição obrigatória para os filiados ocupantes de cargos, de qualquer natureza, na administração pública. A proposta, de autoria do senador José Jorge (PFL-PE), deverá ser apreciada na primeira sessão de agosto.

Ontem, Mercadante telefonou para o pefelesta argumentando que a votação deveria ser transferida para outro dia para não prejudicar os trabalhos das CPIs dos Correios e dos Bingos, já que alguns integrantes da CCJ também fazem parte das CPIs. "O Mercadante falou comigo e se propôs a vir pessoalmente fazer o apelo no início da comissão. Eu disse a ele que não havia necessidade, e o Suplicy (o senador Eduardo Suplicy) fez a proposta para o adiamento", relatou Jorge.

Antes de os parlamentares chegarem a um acordo sobre o adiamento da sessão para apreciar o projeto, José Jorge acusou o PT de não estar interessado em votar a proposta. Na abertura dos trabalhos da CCJ, ontem, haviam poucos integrantes da base de apoio ao governo, que foram chegando aos poucos. "Eles estão obstruindo há três, quatro semanas. O PT não quer votar." Ao defender seu projeto, José Jorge advertiu para a necessidade de mudança na cobrança do "dízimo" cobrado pelos partidos políticos.